

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	7
DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	8
Demonstração de Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	12
Demonstração do Resultado Abrangente	13
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	14

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	15
DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	16
Demonstração de Valor Adicionado	17

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	21
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	45
---	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	47
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	48
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	50
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	51
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	52

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	9.000.000
Preferenciais	18.000.000
Total	27.000.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	101.766	100.412
1.01	Ativo Circulante	19.607	18.569
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.677	5.138
1.01.01.01	Caixa e Bancos	158	140
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	4.519	4.998
1.01.03	Contas a Receber	11.753	10.255
1.01.03.01	Clientes	11.753	10.255
1.01.04	Estoques	1.168	1.214
1.01.07	Despesas Antecipadas	44	8
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.965	1.954
1.01.08.03	Outros	1.965	1.954
1.01.08.03.01	Impostos a Recuperar e Outros Créditos	225	274
1.01.08.03.02	Depósitos Judiciais	1.244	1.181
1.01.08.03.03	Juros s/ Capital Próprio a Receber	496	499
1.02	Ativo Não Circulante	82.159	81.843
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	24.385	24.577
1.02.01.03	Contas a Receber	1.380	1.380
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.380	1.380
1.02.01.04	Estoques	11.725	11.670
1.02.01.04.01	Estoques de Imóveis	11.725	11.670
1.02.01.06	Tributos Diferidos	11.280	11.527
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	686	680
1.02.01.06.02	Créditos Fiscais - Prejuízo Fiscal	10.594	10.847
1.02.02	Investimentos	46.895	46.466
1.02.02.01	Participações Societárias	46.895	46.466
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	46.893	46.464
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	2	2
1.02.03	Imobilizado	10.879	10.800
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	10.879	10.800

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	101.766	100.412
2.01	Passivo Circulante	7.882	8.512
2.01.02	Fornecedores	3.117	2.776
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	3.117	2.776
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.483	3.389
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.483	3.389
2.01.03.01.02	Obrigações Tributárias - Refis Lei 9964/2000	997	1.230
2.01.03.01.03	Obrigações Tributárias - Outros Impostos	1.293	1.750
2.01.03.01.04	Encargos Sociais	193	409
2.01.05	Outras Obrigações	1.041	879
2.01.05.02	Outros	1.041	879
2.01.05.02.04	Salários a Pagar	981	783
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	60	96
2.01.06	Provisões	1.241	1.468
2.01.06.02	Outras Provisões	1.241	1.468
2.02	Passivo Não Circulante	51.854	51.919
2.02.02	Outras Obrigações	49.837	49.919
2.02.02.02	Outros	49.837	49.919
2.02.02.02.03	Obrigações Tributárias - Refis Lei 9964/2000	43.694	43.751
2.02.02.02.04	Obrigações Tributárias - Reavaliação	6.143	6.148
2.02.02.02.05	Outras Contas a Pagar	0	20
2.02.04	Provisões	2.017	2.000
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.017	2.000
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	2.017	2.000
2.03	Patrimônio Líquido	42.030	39.981
2.03.01	Capital Social Realizado	53.896	53.896
2.03.03	Reservas de Reavaliação	11.924	11.934
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-23.790	-25.849

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	15.381	3.615
3.01.01	Receita Bruta de Vendas de Bens e/ou Serviços	16.828	3.853
3.01.02	Deduções dos Bens e/ ou Serviços Vendidos	-1.447	-238
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-11.495	-1.534
3.03	Resultado Bruto	3.886	2.081
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.385	-1.586
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.827	-2.015
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-1.360	-1.589
3.04.02.02	Honorários dos Administradores	-467	-426
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	13	227
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	429	202
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.501	495
3.06	Resultado Financeiro	373	345
3.06.01	Receitas Financeiras	682	634
3.06.02	Despesas Financeiras	-309	-289
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	2.874	840
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-830	-149
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	2.044	691
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	2.044	691
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,0757	0,0256
3.99.01.02	PN	0,0757	0,0256

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	2.044	691
4.02	Outros Resultados Abrangentes	10	14
4.03	Resultado Abrangente do Período	2.054	705

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-308	-640
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.230	518
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	2.044	691
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	77	71
6.01.01.03	Resultado de Equivalência Patrimonial	-429	-202
6.01.01.04	Provisão para Contingência	17	18
6.01.01.05	Juros a Pagar a Longo Prazo - parcelamento	270	276
6.01.01.06	Diferimento de Impostos	29	0
6.01.01.07	Baixa Extrato Refis	-31	-336
6.01.01.08	Créditos Fiscais - Prejuízo Fiscal	253	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-2.538	-1.158
6.01.02.01	Contas a Receber	-1.498	-553
6.01.02.02	Estoques	46	-1
6.01.02.03	Estoque de Imóveis	-55	0
6.01.02.05	Impostos a Recuperar e Outros Créditos	13	102
6.01.02.06	Depósito Judicial	-63	626
6.01.02.07	Despesas Exercício Seguinte	0	1
6.01.02.09	Fornecedores	341	-403
6.01.02.10	Salários, Provisão Férias e Encargos Sociais	-245	285
6.01.02.11	Obrigações Tributárias- Refis e Outros Impostos	-1.021	-1.202
6.01.02.12	Outras Contas a Pagar	-56	-13
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-156	-55
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	3	53
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-461	-642
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	5.138	3.634
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4.677	2.992

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	53.896	11.934	0	-25.849	0	39.981
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	53.896	11.934	0	-25.849	0	39.981
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.044	0	2.044
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.044	0	2.044
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-10	0	15	0	5
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-15	0	15	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	5	0	0	0	5
5.07	Saldos Finais	53.896	11.924	0	-23.790	0	42.030

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	53.896	11.842	0	-33.585	0	32.153
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	53.896	11.842	0	-33.585	0	32.153
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	691	0	691
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	691	0	691
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-14	0	14	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-14	0	14	0	0
5.07	Saldos Finais	53.896	11.828	0	-32.880	0	32.844

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
7.01	Receitas	16.828	3.853
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-9.563	-778
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-9.331	-745
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-232	-33
7.03	Valor Adicionado Bruto	7.265	3.075
7.04	Retenções	-77	-71
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-77	-71
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	7.188	3.004
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.111	836
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	429	202
7.06.02	Receitas Financeiras	99	68
7.06.03	Outros	583	566
7.06.03.01	Juros Sobre Capital Próprio Recebido	583	566
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	8.299	3.840
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	8.299	3.840
7.08.01	Pessoal	3.426	2.044
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.520	816
7.08.02.01	Federais	2.085	777
7.08.02.03	Municipais	435	39
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	309	289
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	2.044	691
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	2.044	691

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	153.321	152.651
1.01	Ativo Circulante	93.268	93.392
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	15.244	10.963
1.01.01.01	Caixa e Bancos	560	1.465
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	14.684	9.498
1.01.03	Contas a Receber	68.296	72.799
1.01.03.01	Clientes	62.771	67.155
1.01.03.01.01	Duplicatas a Receber	12.601	19.303
1.01.03.01.02	Serviços Executados a Faturar	50.170	47.852
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	5.525	5.644
1.01.03.02.01	Impostos a Recuperar e Outros Créditos	2.709	2.936
1.01.03.02.02	Depósitos Judiciais	2.816	2.708
1.01.04	Estoques	8.084	7.847
1.01.04.01	Material de Construção e Peças de Manutenção	6.417	6.219
1.01.04.02	Material de Revenda	0	7
1.01.04.03	Estoque de Imóveis	1.667	1.621
1.01.07	Despesas Antecipadas	820	959
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	824	824
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas	824	824
1.02	Ativo Não Circulante	60.053	59.259
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	25.065	25.257
1.02.01.03	Contas a Receber	1.380	1.380
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.380	1.380
1.02.01.04	Estoques	11.725	11.670
1.02.01.04.01	Estoque de Imóveis	11.725	11.670
1.02.01.06	Tributos Diferidos	11.960	12.207
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.366	1.360
1.02.01.06.02	Créditos Fiscais - Prejuízo Fiascal	10.594	10.847
1.02.02	Investimentos	12	12
1.02.02.01	Participações Societárias	12	12
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	10	10
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	2	2
1.02.03	Imobilizado	34.041	33.050
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	34.041	33.050
1.02.04	Intangível	935	940

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	153.321	152.651
2.01	Passivo Circulante	49.048	51.156
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.662	2.306
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.662	2.306
2.01.01.01.01	Encargos Sociais	1.662	2.306
2.01.02	Fornecedores	15.179	15.570
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	15.179	15.570
2.01.03	Obrigações Fiscais	7.211	8.848
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	7.211	8.848
2.01.03.01.02	Refis Lei 9964/2000	997	1.230
2.01.03.01.03	Parcelamento LEI 11941	709	755
2.01.03.01.04	Outros	5.505	6.863
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	10.919	9.890
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	10.919	9.890
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	10.919	9.890
2.01.05	Outras Obrigações	6.907	6.284
2.01.05.02	Outros	6.907	6.284
2.01.05.02.04	Salários	6.259	5.155
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	623	1.104
2.01.05.02.06	Adiantamento de Clientes	25	25
2.01.06	Provisões	7.170	8.258
2.01.06.02	Outras Provisões	7.170	8.258
2.01.06.02.04	Provisões para Férias e Encargos	7.170	8.258
2.02	Passivo Não Circulante	62.215	61.486
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	5.229	4.315
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	5.229	4.315
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	5.229	4.315
2.02.02	Outras Obrigações	52.969	53.171
2.02.02.02	Outros	52.969	53.171
2.02.02.02.03	Obrig Tributária Refis - Lei 9964/2000	43.694	43.751
2.02.02.02.04	Obrig Tributária - Outros	3.132	3.252
2.02.02.02.05	Obrig Tributária - Reavaliação	6.143	6.148
2.02.02.02.07	Outras Contas a Pagar	0	20
2.02.04	Provisões	4.017	4.000
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	42.058	40.009
2.03.01	Capital Social Realizado	53.896	53.896
2.03.03	Reservas de Reavaliação	11.924	11.934
2.03.03.01	Ativos Próprios	11.924	11.934
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-23.790	-25.849
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	28	28

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	74.750	54.229
3.01.01	Receita Bruta de Venda de Bens e/ou Serviços	82.285	58.910
3.01.02	Deduções da Receita Bruta	-7.535	-4.681
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-66.412	-48.142
3.03	Resultado Bruto	8.338	6.087
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-4.252	-4.216
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.876	-4.163
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-376	-53
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	4.086	1.871
3.06	Resultado Financeiro	-988	-922
3.06.01	Receitas Financeiras	225	158
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.213	-1.080
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	3.098	949
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.054	-257
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	2.044	692
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	2.044	692
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	2.044	691
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	0	1

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	2.044	692
4.02	Outros Resultados Abrangentes	15	14
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	2.059	706
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	2.058	705
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1	1

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	4.962	-6.128
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	4.590	1.690
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	2.044	691
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	1.076	931
6.01.01.03	Efeito Líquido da Baixa Imobilizado	561	21
6.01.01.04	Provisão para Contingência	17	18
6.01.01.05	Juros a Pagar a Longo Prazo - parcelamento	338	364
6.01.01.06	Diferimento de Impostos	332	0
6.01.01.07	Baixa Extrato Refis	-31	-336
6.01.01.08	Créditos Fiscais - Prejuízo Fiscal	253	0
6.01.01.09	Participação Minoritários no Resultado	0	1
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	372	-7.818
6.01.02.01	Contas a Receber	4.273	-9.245
6.01.02.02	Estoques	-191	3.579
6.01.02.03	Estoques de Imóveis	-101	-5
6.01.02.04	Contas a Receber - Venda Ativo Fixo	270	0
6.01.02.05	Impostos a Recuperar e Outros Créditos	207	490
6.01.02.06	Depósito Judicial e Precatórios a Receber	-108	734
6.01.02.07	Despesa Exercício Seguinte	0	126
6.01.02.09	Fornecedores	-391	-1.426
6.01.02.10	Salários, Provisão de Férias, 13 Salário e Encargos Sociais	-628	1.450
6.01.02.11	Obrigações Tributárias - Refis e Outros Impostos	-2.459	-3.314
6.01.02.12	Outras Contas a Pagar	-500	-207
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.624	-438
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.943	-2.750
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	4.281	-9.316
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	10.963	16.635
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	15.244	7.319

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	53.896	11.934	0	-25.849	0	39.981	28	40.009
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	53.896	11.934	0	-25.849	0	39.981	28	40.009
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.044	0	2.044	0	2.044
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.044	0	2.044	0	2.044
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-10	0	15	0	5	0	5
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-10	0	15	0	5	0	5
5.07	Saldos Finais	53.896	11.924	0	-23.790	0	42.030	28	42.058

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	53.896	11.842	0	-33.585	0	32.153	27	32.180
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	53.896	11.842	0	-33.585	0	32.153	27	32.180
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	691	0	691	1	692
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	691	0	691	1	692
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-14	0	14	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-14	0	14	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	53.896	11.828	0	-32.880	0	32.844	28	32.872

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
7.01	Receitas	82.285	58.910
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-46.176	-31.041
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-44.607	-29.704
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.569	-1.337
7.03	Valor Adicionado Bruto	36.109	27.869
7.04	Retenções	-1.076	-931
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.076	-931
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	35.033	26.938
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	225	158
7.06.02	Receitas Financeiras	225	158
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	35.258	27.096
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	35.258	27.096
7.08.01	Pessoal	21.732	16.767
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	10.269	8.557
7.08.02.01	Federais	7.591	6.535
7.08.02.02	Estaduais	7	543
7.08.02.03	Municipais	2.671	1.479
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.213	1.080
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	2.044	692
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	2.044	691
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	0	1

Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

1. Desempenho Econômico e Financeiro

1.1 Receita

a) **Azevedo & Travassos S/A (ATSA)**

Desde 1999, todos os contratos de obras e serviços, com exceção de obras públicas, passaram a ser executados pela controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE). Como consequência, o faturamento da Azevedo & Travassos S.A. refere-se a cobrança de serviços prestados para a ATE e a serviços oriundos de obras públicas. Até 31/03/14, a Receita Bruta da empresa alcançou o valor de R\$ 16.828 mil (R\$ 3.853 mil em 31/03/13), através da prestação de serviços para a ATE e das medições de contratos firmados com Prefeitura do Município de São Paulo (serviços de canalização e pavimentação) e dos viadutos para a Prefeitura de Barueri e para o DER – SP na rodovia SP 150 em Cubatão.

b) **Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE)**

A Receita Bruta até 31/03/14 foi de R\$ 67.993 mil, contra R\$ 57.465 mil no mesmo período de 2013.

A Receita Financeira até 31/03/14 foi de R\$ 123 mil contra R\$ 90 mil em 31/03/13.

1.2 Endividamento

a) **Azevedo & Travassos S/A**

Os débitos fiscais relativos ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS - I no valor de R\$ 44.691 mil em 31/03/14 (R\$ 45.229 mil em 31/03/13) são os passivos mais relevantes da empresa.

Pelo artigo 14º da Lei nº 9964, de 10/04/2000, que instituiu o REFIS, as suas obrigações decorrentes não serão consideradas na determinação de índices econômicos para licitações públicas e em operações de financiamento junto a instituições financeiras oficiais federais.

As despesas financeiras de R\$ 309 mil (R\$ 289 mil em 31/03/13), geradas principalmente pelo seu passivo fiscal, incluindo o REFIS, continuam a impactar o resultado da empresa, sem, no entanto, afetar o seu fluxo de caixa.

b) **Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.**

O endividamento bancário, incluindo operações de capital de giro e de financiamentos de equipamentos (LEASING, CDC e FINAME), em 31/03/14, ficou em R\$ 15.332 mil contra R\$ 11.380 mil em 31/03/13. Este incremento foi provocado principalmente pela aquisição de equipamentos para atender a necessidade de novas obras e pelo início das amortizações dos financiamentos referentes ao 13º salário.

A empresa possui débitos fiscais incluídos no programa especial de parcelamento REFIS-IV no montante de R\$ 3.841 mil, em 31/03/14, contra R\$ 6.044 mil em 31/03/13.

As despesas financeiras, incluindo juros sobre o Capital Próprio, alcançaram até 31/03/14 o montante de R\$ 1.484 mil (R\$ 1.353 mil em 31/03/13).

1.3 Resultados

a) **Azevedo & Travassos S/A**

O Lucro Líquido no período de janeiro a março /14 foi de R\$ 2.044 mil (R\$ 691 mil em 31/03/13).

Comentário do Desempenho

Vale observar que a influência da Equivalência Patrimonial da controlada ATE foi de R\$ 429 mil, contra R\$ 202 mil verificados em 31/03/13.

O quadro adiante apresenta a evolução de queda dos Prejuízos Acumulados nos últimos 5 anos.

Prejuízos Acumulados – ATSA em R\$ mil

Rubrica / ano	Em 31 de março				
	2010	2011	2012	2013	2014
Prejuízos Acumulados	63.336	49.001	40.922	32.880	23.790

b) Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE)

O Lucro Líquido até 31/03/14 atingiu R\$ 1.014 mil, acima do obtido no mesmo período do ano passado quando o montante desta rubrica alcançou R\$ 769 mil. Este resultado reflete o bom andamento das diversas obras executadas pela empresa.

1.4 Patrimônio Líquido

a) Azevedo & Travassos S/A

Até 31/03/14, o Patrimônio Líquido atingiu o valor de R\$ 42.030 mil. No quadro abaixo tem-se a evolução do PL no período de janeiro a março dos cinco últimos anos:

Patrimônio Líquido – ATSA em R\$ mil

Rubrica / ano	Em 31 de março				
	2010	2011	2012	2013	2014
Patrimônio Líquido	9.086	23.421	31.500	32.844	42.030

b) Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.

Em 31/03/14 Patrimônio Líquido alcançou R\$ 46.920 mil. O quadro a seguir mostra a evolução do PL nos últimos cinco períodos:

Patrimônio Líquido – ATE em R\$ mil

Rubrica / ano	Em 31 de março				
	2010	2011	2012	2013	2014
Patrimônio Líquido	27.956	40.919	44.560	45.305	46.920

1.5 LAJIDA

O quadro abaixo mostra a Geração de Caixa (LAJIDA) do Consolidado da ATSA e da controlada ATE no período de janeiro a março de 2014 e 2013.

	LAJIDA			
	Consolidado		ATE	
	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/13</u>	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>
Lucro operacional	3.098	949	658	309
Despesas Financeiras	1.213	1.080	900	787
Receitas Financeiras	(225)	(158)	(123)	(90)
Depreciação e Amortização	1.076	931	999	860
LAJIDA	<u>5.162</u>	<u>2.802</u>	<u>2.434</u>	<u>1.866</u>

Comentário do Desempenho

2. Investimentos

Até 31/03/14, tinham sido investidos na controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. o valor de R\$ 2.468 mil na aquisição de equipamentos para as Áreas Negócios da empresa (Montagem Eletromecânica, Construção Pesada, Construção Civil e Furo Direcional). Valores menores foram aplicados em Tecnologia da Informação, no projeto do Sistema Gestão Integrada - SGI e no treinamento de pessoal.

3. Gestão de Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde – QSMS e Responsabilidade Social

O Sistema de Gestão de Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde - QSMS é aplicado nas obras, acompanhando rigorosas exigências do mercado e normas internacionais de referência. A preocupação com a qualidade é pautada na satisfação do Cliente e na evolução de desempenho da Empresa.

A questão ambiental é voltada para a prevenção de danos à natureza e ao uso racional de recursos naturais. Aos empregados são proporcionadas condições seguras de trabalho e orientações para aperfeiçoamento profissional. Em sua relação com a sociedade, a empresa tem se empenhado para atender às demandas estabelecidas nos Indicadores de Responsabilidade Social Empresarial do Instituto ETHOS.

4. Instrução CVM 381/03

Conforme a Instrução CVM 381/03, a BOUCINHAS, CAMPOS & CONTI AUDITORES INDEPENDENTES S/C não efetuou outros serviços para a companhia, além da emissão do Relatório de revisão especial sobre ITR do primeiro trimestre de 2014.

Notas Explicativas

AZEVEDO & TRAVASSOS S.A. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2014 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1 Atividades das empresas do grupo

A controladora, bem como a controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE) tem como atividades principais o planejamento e a execução de projetos e obras de engenharia civil, compra, venda e incorporação de imóveis, bem como participação em outras sociedades.

A Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. em 10 de julho de 2008 adquiriu 99,95% do capital da Reserva de Incorporações Ltda., posteriormente alterada para Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto I Ltda., destinada a construção de apartamentos para comercialização. Em 2009 a empresa iniciou as suas atividades operacionais.

A empresa Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto II Ltda foi constituída em 03 de setembro de 2008, sendo a participação da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda de 99,95% do capital. destinada a construções de apartamentos para comercialização. Em 31 de março de 2014 a empresa não havia iniciado suas atividades operacionais.

Desde 1998, todos os contratos de obras e serviços, com exceção de obras públicas, passaram a ser executados pela controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE).

A receita da controladora foi em sua maioria oriunda da recuperação de custos e despesas administrativas cobradas de sua controlada ATE e de contratos de obras públicas executados para a Prefeitura Municipal de São Paulo e Barueri, Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo e Companhia Paulista de Trens Metropolitanos CPTM.

1.2 Estratégia operacional

A companhia tem como estratégia operacional a manutenção da sua lucratividade.

As principais medidas são:

- a) A empresa equacionou seus débitos fiscais e está participando de licitações de obras públicas no segmento de infraestrutura, mercado este onde a empresa tem grande tradição. Para o exercício de 2014 a expectativa é que o faturamento seja da ordem de R\$ 60.000.

Notas Explicativas

- b) Executar com resultado a prestação de serviços não oriundas de órgãos públicos direcionada para a ATE desde 1998. A controlada ATE pretende faturar no exercício de 2014 cerca de R\$ 350.000, seguindo projeção baseada na carteira de obras contratadas e nas expectativas de novos contratos.
- c) Investir preferencialmente em treinamento de pessoal, buscando melhorar sua produtividade e rentabilidade.
- d) Continuar racionalizando a estrutura organizacional da companhia.
- e) Permanecer no Programa de Recuperação Fiscal – REFIS e consolidar seus débitos, pelos valores efetivamente devidos.
- f) Viabilizar a incorporação de projetos imobiliários em terrenos disponíveis (aproximadamente 100.000 m2) de sua propriedade, na cidade de São Paulo os quais possuem valor de mercado muito superior ao contabilizado.
- g) A empresa possui três precatórios junto ao Governo do Estado de São Paulo, no valor total de R\$ 1.380 e um precatório baixado do ativo em 2013 (vide nota explicativa 20c e 20h. 6) É intenção da empresa, aguardar pelo recebimento dos mesmos ou trocá-los por outros recebíveis para quitação de passivos fiscais, sem realizar perdas econômicas.
- h) Prosseguir com as ações de cobrança ajuizadas contra o Departamento de Estradas de Rodagem – DER, objetivando êxito no recebimento de correção monetária e juros decorrentes de atrasos nos pagamentos de créditos da empresa e com a ação para recebimento do precatório nº 203/83 no valor de R\$ 3.848 baixado conforme item g acima.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade e base de preparação

As informações trimestrais da Sociedade compreendem:

As informações trimestrais consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado.

As informações trimestrais individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As informações trimestrais individuais (Controladora) apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas informações trimestrais individuais não

Notas Explicativas

são consideradas como estando conforme as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo de aquisição.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas informações trimestrais consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas informações trimestrais individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Sociedade optou por apresentar essas informações trimestrais individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A preparação das informações trimestrais requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As informações trimestrais foram elaboradas com base no custo histórico, como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas informações trimestrais consolidadas estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado.

As demonstrações financeiras da Sociedade compreendem:

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- **Caixa e equivalentes de caixa**

As disponibilidades são avaliadas pelo custo. Compreendem numerários em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos. As aplicações financeiras são registradas com base no valor da operação acrescida dos rendimentos auferidos, até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

- **Contas a Receber de Clientes**

As contas a receber são reconhecidas pelo seu valor nominal, que é o valor líquido de realização esperado, e incluem o valor das medições efetuadas no final do 1º trimestre assim como a evolução das obras, correspondentes aos serviços executados e não faturados até a data do balanço. E uma provisão para perdas na realização dessas contas a receber (provisão para créditos de liquidação duvidosa) pode ser reconhecida quando existir uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das Contas a receber.

- **Estoques**

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e os valores de reposição ou realização. Quando aplicável, é constituída uma estimativa de perdas de estoques obsoletos ou de baixa movimentação.

Notas Explicativas

- **Estoque de Imóveis e Imóveis comercializados**

São avaliados ao custo de aquisição, ou valor de mercado, dos dois o menor e os imóveis comercializados ao valor de negociação a receber.

- **Demais ativos circulantes e realizável a longo prazo**

Os demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável os rendimentos auferidos.

- **Investimentos**

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em empresas controladas foram registrados pelo seu valor de aquisição e atualizado pelo método de equivalência patrimonial em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil.

- **Imobilizado**

Composto pelos bens tangíveis registrados ao custo de aquisição, líquidos da depreciação e/ou perdas para redução ao valor recuperável. Os gastos incorridos com reparos e manutenção que representam melhoria, aumento da capacidade ou de vida útil, são capitalizados, enquanto que os demais gastos são registrados no resultado do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme divulgado na nota 11.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos anualmente, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

- **Arrendamento Mercantil**

Os contratos de arrendamento mercantil são financeiros consequentemente transferem substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo.

Nesses contratos os ativos são reconhecidos nas demonstrações financeiras como um ativo e passivo de igual valor, baseados no valor justo do ativo ou no valor presente dos pagamentos mínimos, determinados no início do arrendamento mercantil. Os custos iniciais diretamente atribuíveis ao arrendamento mercantil são adicionados ao montante reconhecido como um ativo.

- **Intangível**

Ativos intangíveis adquiridos de terceiros, são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.

Notas Explicativas

- **Avaliação do valor recuperável de ativos (Impairment).**

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos (financeiros e não financeiros) com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

- **Empréstimos e financiamentos**

Atualizados com base nas variações monetárias, acrescidos dos respectivos encargos incorridos, até a data de encerramento do exercício.

- **Imposto de renda e Contribuição social**

São computados em conformidade com as disposições da legislação tributária vigente. As alíquotas aplicáveis aos impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidas sobre diferenças temporárias na extensão em que a sua realização seja provável.

As alíquotas definidas atualmente para a determinação do imposto de renda e da contribuição social, correntes e diferidos, são de 25% e 9%, respectivamente

- **Provisões para contingências**

Provisões para contingências relacionadas a processos trabalhistas, tributários, cíveis e comerciais, nas instâncias administrativas e judiciais, são reconhecidas sempre que for avaliado como provável por seus assessores legais ou a melhores estimativas da Administração sobre o provável resultado dos processos pendentes na data do balanço.

- **Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo**

Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias.

- **Receitas**

As receitas referentes aos contratos de construção em andamento são reconhecidas no resultado de acordo com as medições efetuadas mensalmente e consequentemente no exercício, e ou evolução das obras.

Notas Explicativas

- **Destinação dos resultados e distribuição de lucros**

A sua controlada destina seus resultados entre distribuição de lucros e reservas conforme previsto na legislação societária brasileira. Com relação à remuneração aos acionistas, a sua controlada se utiliza da modalidade de juros sobre capital próprio respeitando os critérios e limites definidos pela legislação brasileira. O reflexo fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício.

- **Lucro por ação**

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações em circulação.

- **Demonstrações financeiras consolidadas**

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram eliminados os saldos das contas patrimoniais em comum e os resultados intersociedades, realizados e não realizados até a data do balanço, após o efeito dos impostos.

As conciliações entre o lucro do exercício e o patrimônio líquido da controladora e do consolidado não apresentam diferenças.

- **Reconhecimento das demonstrações contábeis dos Consórcios**

Estão registrados em conformidade com as Normas e Procedimentos de Contabilidade definido no NPC17 emitido pelo IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil e o novo pronunciamento contábil - CPC 17. (nota 20 a).

- **Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)**

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte das suas informações trimestrais individuais e como informação suplementar às informações trimestrais consolidadas, pois não é uma demonstração prevista ou obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado

Notas Explicativas**4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Instituição	Tipo de aplicação	Remuneração média mensal em 2014	Controladora		Consolidado	
			31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
- Aplicações financeiras						
Banco do Brasil	CDB-DI	96,0% CDI	2.781	3.251	12.558	7.575
Banco Bradesco	CDB-DI	20,0% CDI	-	-	386	170
Banco Itaú	COMPROMISSADA DI	98% CDI	1.738	1.747	1.738	1.747
Outros			-	-	2	6
			4.519	4.998	14.684	9.498
- Caixas e bancos			158	140	560	1.465
			4.677	5.138	15.244	10.963

As aplicações estão atualizadas com base nos rendimentos auferidos até a data de encerramento das demonstrações financeiras.

5. CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Contas a receber	2.678	353	12.601	19.303
Serviços executados e não faturados	9.075	9.902	50.170	47.852
	11.753	10.255	62.771	67.155

6. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Estoques de material de construção e peças de manutenção	1.168	1.214	6.417	6.219
Material de revenda	-	-	-	7
	1.168	1.214	6.417	6.226

Notas Explicativas**7. ESTOQUE DE IMÓVEIS**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Azevedo & Travassos S.A. (a)	11.725	11.670	11.725	11.670
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário - Projeto I Ltda.	-	-	400	362
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário - Projeto II Ltda.	-	-	1.267	1.259
	11.725	11.670	13.392	13.291
Menos - parcela do circulante	-	-	1.667	1.621
Parcelas a longo prazo (b)	11.725	11.670	11.725	11.670

- (a) O lote Elísio e o lote 9 foram transferidos do Ativo Imobilizado para o Realizável a Longo Prazo em 2012.

Em 2013 com a conclusão do desmembramento dos terrenos da companhia em Pirituba na matrícula nº 107.267 do 8º Cartório de Registro de Imóveis foram também transferidos os terrenos lotes 3, 4, 5, 6, 7 e 8.

	M2	Controladora	
		31/03/2014	31/12/2013
LOTE Elísio	22.999	3.747	3.742
LOTE 9	30.937	2.635	2.585
LOTE 3	5.465	698	698
LOTE 4	4.343	555	555
LOTE 5	1.348	138	138
LOTE 6	1.536	136	136
LOTE 7	18.144	2.031	2.031
LOTE 8	17.207	1.785	1.785
	101.979	11.725	11.670

Permanece no ativo imobilizado o lote 1 (55.568 m2) onde esta localizada a sede da companhia.

- (b) Em virtude de ainda não se ter uma previsão de concretização da venda dos lotes os valores estão contabilizados no Realizável a Longo Prazo.

Notas Explicativas**8. IMPOSTOS A RECUPERAR E OUTROS CRÉDITOS**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Impostos a recuperar (a)	-	-	102	102
Caução de aluguel	50	35	527	650
Conta corrente Consórcio Constran(nota 20 a1)	-	-	108	386
Conta corrente Consórcio Mendes (nota 20 a2)	-	-	190	238
Caução de Obras	-	-	705	130
Contas a receber - venda de ativo fixo	-	-	360	630
Depósito judicial bloqueado	175	239	175	239
Outras contas a receber	-	-	542	561
	<u>225</u>	<u>274</u>	<u>2.709</u>	<u>2.936</u>

(a) Parte do valor em em 31 de março de 2014 de R\$ 102 (R\$ 102 em 31 de dezembro de 2013) no consolidado trata-se de créditos de INSS, ICMS, COFINS e PIS.

9. INVESTIMENTOS EM CONTROLADA

A companhia mantém investimentos apenas na Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.

	Participação no final do exercício %		No patrimônio líquido		No resultado do exercício	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/03/2013
	99,95	99,95	46.893	46.464	429	202
Total			<u>46.893</u>	<u>46.464</u>	<u>429</u>	<u>202</u>

O capital social, subscrito e integralizado da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda., é composto de 13.865.000 cotas em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013.

O patrimônio líquido da controlada é de R\$ 46.920 (R\$ 46.491 em 31 dezembro de 2013) e o seu lucro líquido do exercício é de R\$ 430 (R\$ 203 em 31 de março de 2013).

Notas Explicativas

A controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda, mantém investimentos na Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto I Ltda e Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto II Ltda.

	Participação no final do exercício %		No patrimônio líquido		No resultado do exercício	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/03/2013
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto I Ltda	99,95	99,95	834	828	6	8
Ágio na participação			10	10	-	-
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto II Ltda	99,95	99,95	10	10	-	-
Total			854	848	6	8

	No patrimônio líquido		No resultado do exercício	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto I Ltda	834	828	6	8
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto II Ltda	10	10	-	-
	844	838	6	8

10. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Operações:				
- Contrato de aluguel (a)	122	468	-	-
- Receita bruta de serviços (b)	2.439	10.084	-	-
- Transferência de terreno (c)	-	-	1.050	1.050
- Juros S/ Capital distribuído (d)	-	-	496	1.961
- Juros S/ Capital pago (d)	-	-	499	1.995
- Juros S/ Capital a pagar (d)	-	-	496	499
- Lucros distribuído (e)	-	-	-	2.499
- Lucros pago (e)	-	-	969	1.035
- Lucros a pagar (e)	-	-	495	1.464
- Outras partes relacionadas (f)	-	-	355	774
- Mútuo entre ATE e ATDI-II (g)	-	-	207	199

(a) Refere-se a aluguel pago pela ATE a controladora pelo uso imóvel / sede.

Notas Explicativas

- (b) Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, as operações entre a controladora Azevedo & Travassos S.A. e sua controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda, foram, em sua maioria, repasses de despesas rateadas em função de prestação de serviços realizados em condições compatíveis com o mercado, em preços e prazos.
- (c) Em 02 de setembro de 2010 a controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda transferiu para a Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto II Ltda, um lote de 3.922m², por R\$ 1.050, através de instrumento particular de confissão de dívida com pagamento previsto para 31 de dezembro de 2014.
- (d) A controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda, conforme proposta da sua diretoria registrou juros sobre o capital próprio em 31 de março de 2014 de R\$ 496 (R\$ 1.961 em 31 de dezembro de 2013), valor líquido deduzido de 15% do IRRF dos juros sobre capital próprio. Em 31 de março de 2014 ficou saldo a pagar de R\$ 496 (R\$ 499 em 31 de dezembro de 2013).
- (e) A Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto I Ltda, realizou em 30 de setembro de 2013 a distribuição de lucros para controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda (ATE) de R\$ 2.499. Parte desse valor R\$ 2.004, foi compensado com pagamentos feitos para a ATE, restando um saldo a pagar de R\$ 495.
- (f) Trata-se de compra de materiais (mantas importadas da Raychen) da INTECH Engenharia Ltda e prestação de serviços (desenvolvimento imobiliário) da HMendes Arquitetura e Paisagismo Ltda.
- (g) Refere-se mútuo entre a empresa ATE e sua controlada ATDI II.
- Honorários dos administradores e benefícios.

Em 31/03/2014, as despesas com a remuneração do pessoal-chave da Administração, o que inclui o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, reconhecidas no resultado do período, totalizam R\$ 516.648 (em 31 de março de 2013, R\$ 461.744), conforme quadro abaixo:

	<u>31/03/14</u>	<u>31/03/13</u>
Benefícios de Curto Prazo		
- Salário ou Pró-Labore (i)	483.118	426.398
- Benefícios (ii)	33.530	35.346
- Bônus	0	0
Total	<u>516.648</u>	<u>461.744</u>

- (i) Inclui remuneração fixa (salário, 13º salário, honorários e férias).
- (ii) Benefícios: assistência médica, refeição e seguro de vida.

A Companhia não tem plano de remuneração variável nem plano de remuneração baseado em ações (conforme item 13.3 e 13.4 do formulário de referência).

Notas Explicativas

11. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação %	31/03/2014			Controladora 31/12/2013
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Edifícios e benfeitorias	4	3.947	(1.299)	2.648	2.536
Máquinas e equipamentos	10	733	(568)	165	183
Outros	10	388	(200)	188	188
		5.068	(2.067)	3.001	2.907
Terrenos		522	-	522	522
Reavaliação de terrenos e edifícios		7.815	(459)	7.356	7.371
		13.405	(2.526)	10.879	10.800

	Taxa anual de depreciação %	31/03/2014			Consolidado 31/12/2013
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Edifícios e benfeitorias	4	4.006	(1.338)	2.668	2.558
Máquinas e equipamentos	10	18.512	(9.427)	9.085	9.961
Veículos	10	15.648	(5.422)	10.226	8.718
Outros	10	8.043	(3.859)	4.184	3.920
		46.209	(20.046)	26.163	25.157
Terrenos		522	-	522	522
Reavaliação de terrenos e edifícios		7.815	(459)	7.356	7.371
		54.546	(20.505)	34.041	33.050

A mutação do saldo do imobilizado:

	Controladora				
	31/12/2013	Adições	Baixas	Transferências	31/03/2014
Edifícios e benfeitorias	3.797	150	-	-	3.947
(-) Depreciação Acumulada	(1.261)	(38)	-	-	(1.299)
Máquinas e equipamentos	733	-	-	-	733
(-) Depreciação Acumulada	(550)	(18)	-	-	(568)
Outros	382	6	-	-	388
(-) Depreciação Acumulada	(194)	(6)	-	-	(200)
Terrenos	522	-	-	-	522
Reavaliação de terrenos e edifícios	7.815	-	-	-	7.815
(-) Depreciação Acumulada	(444)	(15)	-	-	(459)
	10.800	79	-	-	10.879

A mutação do saldo do imobilizado:

	Consolidado				
	31/12/2013	Adições	Baixas	Transferências	31/03/2014
Edifícios e benfeitorias	3.856	150	-	-	4.006
(-) Depreciação Acumulada	(1.298)	(39)	-	(1)	(1.338)
Máquinas e equipamentos	19.160	24	(672)	-	18.512
(-) Depreciação Acumulada	(9.199)	(417)	189	-	(9.427)
Veículos	13.843	1.910	(105)	-	15.648
(-) Depreciação Acumulada	(5.125)	(362)	65	-	(5.422)
Outros	7.659	460	(76)	-	8.043
(-) Depreciação Acumulada	(3.739)	(158)	38	-	(3.859)
Terrenos	522	-	-	-	522
Reavaliação de terrenos e edifícios	7.815	-	-	-	7.815
(-) Depreciação Acumulada	(444)	(15)	-	-	(459)
	33.050	1.553	(561)	(1)	34.041

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2014 está registrado no ativo circulante um saldo de R\$ 824 (R\$ 824 em 31 dezembro de 2013) referente ativo não circulante mantido para venda.

Tendo em vista, principalmente, a valorização recente de seus imóveis, a companhia entende que passa a ser provável que venha a usufruir dos benefícios econômicos associados a um ativo não depreciable (terrenos). Dessa forma, conservadoramente, reconheceu em 31 de dezembro de 2012, o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre a reserva de reavaliação anteriormente constituída, conforme estabelece o item 39 da Resolução CFC 1263/09.

A empresa tem imóveis no valor de R\$ 22.251, que foram avaliados por R\$ 72.639, através de laudo de avaliação feito por empresa especializada em 22 de janeiro de 2014.

Custo Atribuído (deemed cost)

A companhia não exerceu a opção de adoção do custo atribuído a seus ativos imobilizados, conforme definido na interpretação técnica ICPC 10.

12. INTANGÍVEL

	Taxa anual de amortização %	31/03/2014			Consolidado 31/12/2013
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Softwares	20	2.607	(1.672)	935	940
		<u>2.607</u>	<u>(1.672)</u>	<u>935</u>	<u>940</u>

A mutação do saldo do intangível:

					Consolidado
	31/12/2013	Adições	Baixas	Transferências	31/03/2014
Softwares	2.527	80	-	-	2.607
(-) Amortização Acumulada	(1.587)	(85)	-	-	(1.672)
	<u>940</u>	<u>(5)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>935</u>

Notas Explicativas**13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

Moeda nacional	Encargos	Vencimentos	Consolidado	
			31/03/2014	31/12/2013
. Capital de giro	cdi + 0,30% am	Abril de 2014 a Novembro de 2014	7.715	6.759
. Empréstimo Imobiliário (a)	8,30% a.a.	Final obra a Junho de 2015	816	1.138
. Finame	9% a.a.	Abril de 2014 a Março de 2019	3.576	2.535
. Arrendamento mercantil	1,10% a.m.	Abril de 2014 a Agosto de 2018	4.041	3.773
			<u>16.148</u>	<u>14.205</u>
Menos - parcela do circulante			<u>10.919</u>	<u>9.890</u>
Parcela a longo prazo			<u><u>5.229</u></u>	<u><u>4.315</u></u>

Os empréstimos estão garantidos por notas promissórias mais aval dos diretores e alienação fiduciária dos bens.

- (a) Foi assinado em 24 de junho de 2010 e rratificação em 09 de agosto de 2011 do contrato particular para construção empreendimento imobiliário denominado Condomínio Quinta do Bosque pela Azevedo & Travassos Desenvolvimento Projeto I Ltda e o Banco do Brasil S.A. Com garantia de hipoteca dos imóveis, fiança de diretor e da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.

14. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS – OUTROS IMPOSTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Curto prazo				
Impostos a recolher (COFINS, PIS e outros)	1.293	1.750	5.505	6.863
Parcelamentos (LEI 11.941) (a)	-	-	709	755
	<u>1.293</u>	<u>1.750</u>	<u>6.214</u>	<u>7.618</u>
Longo prazo				
Parcelamentos (LEI 11.941) (a)	-	-	3.132	3.252
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.132</u>	<u>3.252</u>

Notas Explicativas

- (a) Em 04 de setembro de 2009, a controlada ATE, aderiu ao programa de parcelamento de tributos instituído pela Lei 11.941/09 - Parcelamento Especial (NOVO REFIS), débitos do cofins e pis e migração de débitos já objeto de Parcelamento da Receita Federal e Parcelamento Especial-PAES INSS, de que trata a Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, para essa nova modalidade. O saldo devedor do NOVO REFIS está sendo amortizado de acordo com a Lei 11.941/09, acrescido de atualização monetária. Em 10 de junho de 2011 foi objeto de consolidação pela Receita Federal.

<u>Composição do parcelamento (Lei 11941)</u>	<u>Ano</u>	<u>31/03/2014</u>
	2.014	532
	2.015	709
	2.016	709
	2.017	709
	2.018	709
	2.019	473
		<u>3.841</u>
Menos -parcela do curto prazo		<u>(709)</u>
Parcelas a longo prazo		<u><u>3.132</u></u>

15. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Seguros a pagar	12	-	480	802
Outras	48	116	143	322
	<u>60</u>	<u>116</u>	<u>623</u>	<u>1.124</u>
Menos – parcela do circulante	<u>60</u>	<u>96</u>	<u>623</u>	<u>1.104</u>
Parcelas a longo prazo	<u><u>-</u></u>	<u><u>20</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>20</u></u>

16. PATRIMONIO LIQUIDO**Capital social**

O capital social, subscrito e integralizado, em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013 está composto por 9.000.000 ações ordinárias, 18.000.000 ações preferenciais, sem valor nominal, totalizando 27.000.000 ações. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas têm prioridade no recebimento de dividendos.

Em 29 de abril de 2011 foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária o desdobramento de ações ordinárias e preferenciais, na proporção de 1/1000 de forma que cada ação passará a ser representada por 1.000 (hum mil) ações.

Para todas as classes de ações está previsto o pagamento de dividendo mínimo anual obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da legislação societária.

Notas Explicativas**17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/12/2013
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	2.874	840	3.098	949
ATDI I calculo pelo lucro presumido	-	-	(2)	(10)
Adições:				
- Provisão não dedutível	17	18	17	18
- Despesas indedutíveis	15	15	43	44
Exclusões:				
- Equivalência	(429)	(202)	-	-
- Diferimento	(1.232)		(1.232)	
- Prejuízo Fiscal	(374)	(201)	(374)	(201)
Base de cálculo	871	470	1.550	800
Alíquota (%)	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social líquido do adicional	(289)	(149)	(517)	(255)
Imposto de renda e contribuição social ATDI I (lucro presumido)	-	-	4	(2)
Prejuízo Fiscal -ativo fiscal diferido (nota 20 e)	(253)	-	(253)	-
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(542)	(149)	(766)	(257)
Imposto de renda e contribuição social - diferido (a)	(288)	-	(288)	-
	<u>(830)</u>	<u>(149)</u>	<u>(1.054)</u>	<u>(257)</u>

(a) Foram registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A companhia não possui instrumentos financeiros que possam ser caracterizados por operações com derivativos, conforme instrução CVM 235/95.

19. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
Salários e encargos	1.582	1.755	2.529	2.747
Serviços contratados de terceiros	18	56	666	804
Outros	227	204	681	612
Total	<u>1.827</u>	<u>2.015</u>	<u>3.876</u>	<u>4.163</u>

Notas Explicativas**20. OUTRAS INFORMAÇÕES****a) Conta corrente dos Consórcios**

O saldo da conta corrente dos Consórcios está demonstrado no ativo/passivo consolidado (nota explicativa 8) e está representado por transferência de numerários, fornecedores e reconhecimento da participação sobre o resultado apurado no consórcio.

a.1) Consórcio Constran – Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. - Mineroduto Paragominas (PA)

Em 31 de março de 2014, o prejuízo acumulado do consórcio foi de R\$ 37.243 (R\$ 37.229 em 31 de dezembro de 2013), sendo a participação da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda nesse prejuízo equivalente R\$ 18.621 (R\$ 18.615 em 31 de dezembro de 2013).

Os valores oriundos do Consórcio e incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. foram, também, objeto de revisão especial pelos auditores independentes até 31 de dezembro de 2006, sendo que para o exercício de 2007 a 2013 e de 31 de março de 2014 as movimentações foram consideradas imateriais e estão assim distribuídos:

- Apropriação das receitas e despesas do consórcio baseado no progresso físico da obra:

	31/03/2014		31/12/2013	
	Resultado do consórcio acumulado em 31/03/14	Participação da Azevedo & Travassos Engenharia 50%	Resultado do consórcio acumulado em 31/12/13	Participação da Azevedo & Travassos Engenharia 50%
Receitas	193.018	96.509	193.018	96.509
Despesas	(230.261)	115.130	230.247	115.124
Prejuízo do consórcio	(37.243)	(18.621)	(37.229)	(18.615)
Movimentação do conta corrente da Azevedo & Travassos Engenharia no Consórcio		18.729		19.001
Saldo da conta corrente Consórcio		108		386

Notas Explicativas**a.2) Consórcio Mendes Júnior-Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. - Gasoduto Cacimbas - Catu (BA)**

Em 31 de março de 2014, o resultado apurado com base no balanço do consórcio e ajustado conforme determina a NPC 17 totalizou R\$ 19.970 (R\$ 20.091 em 31 de dezembro de 2013), sendo a participação da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda., nesse lucro equivalente R\$ 7.988 (R\$ 8.036 em 31 de dezembro de 2013).

Os valores oriundos do Consórcio e incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda, foram objeto de revisão especial pelos auditores independentes em 2008 e 2009. De 2010 a 2013 e 31 de março de 2014 as movimentações foram consideradas imateriais e estão assim distribuídos:

- Apropriação das receitas e despesas do Consórcio baseado no progresso físico da obra:

	31/03/2014		31/12/2013	
	Resultado do consórcio acumulado em 31/12/13	Participação da Azevedo & Travassos Engenharia 40%	Resultado do consórcio acumulado em 31/12/13	Participação da Azevedo & Travassos Engenharia 40%
Receitas	397.845	159.138	397.845	159.138
Despesas	377.875	151.150	377.754	151.102
Lucro do consórcio	19.970	7.988	20.091	8.036
Movimentação do conta corrente da Azevedo & Travassos Engenharia no Consórcio		(7.798)		(7.798)
Saldo da conta corrente Consórcio		190		238

b) REFIS Federal

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Passivo Circulante	997	1.230	997	1.230
Passivo Não Circulante	43.694	43.751	43.694	43.751
Total	44.691	44.981	44.691	44.981

Notas Explicativas

- I) A Sociedade optou pela inclusão de seus débitos fiscais consolidados no Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei nº 9.964/2000 que prevê a liquidação do débito parcelado à razão de 1,2% da receita bruta mensal apurada pelo contribuinte devedor.
- II) Pelo artigo 14º da Lei nº 9964, de 10/04/2000, que instituiu o REFIS, as obrigações decorrentes dos débitos incluídos no REFIS não serão consideradas para fins de determinação de índices econômicos vinculados a licitações pela administração pública direta ou indireta e em operações de financiamentos realizadas por instituições financeiras oficiais federais.

c) Precatórios a receber

Refere-se a precatórios oriundos de ações judiciais relativos a desapropriação de terreno promovido pela Fazenda Estadual e cobrança de juros e correção monetária sobre atrasos de pagamentos de contas a receber do DER/SP. Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia pautada em conduta conservadora resolveu baixar de seu ativo os créditos decorrentes do Precatório Judicial, extraído da Ação Ordinária promovida contra o DER processo nº 203/83, em tramite perante a 4a. Vara da Fazenda Pública de São Paulo, no valor de R\$ 3.848 após a análise do relatório com as informações de risco encaminhado pelo escritório de advocacia que patrocina o referido processo. Em 31 de março de 2014 apresenta um saldo de R\$ 1.380.

d) Provisão para Contingências - Ações trabalhistas, fiscais e cíveis

Em 31 de março de 2014, está provisionado o montante de R\$ 2.017 (R\$ 2.000 em 31 de dezembro de 2013), e no consolidado R\$ 4.017 (R\$ 4.000 em 31 de dezembro de 2013) o qual, conforme a Administração, baseada na opinião de seus assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

	Controladora			Consolidado		
	Movimento no			Movimento no		
	31/03/2014	exercício	31/12/2013	31/03/2014	exercício	31/12/2013
Trabalhista (a)	1.625	17	1.608	2.954	17	2.937
Fiscal	16	-	16	24	-	24
Cível	376	-	376	1.039	-	1.039
Total	2.017	17	2.000	4.017	17	4.000

A Companhia e suas Controladas são parte em processos trabalhistas e cíveis em andamento na esfera judicial, e processos tributários em andamento nas esferas judicial e administrava. As provisões relativas a esses processos são classificadas quanto à probabilidade de perda provável e possível.

Notas Explicativas

A Companhia e suas Controladas possuem ações de natureza trabalhistas, cíveis e tributárias, que não estão provisionadas pois envolvem risco de perda classificada pela Administração e seus advogados como remota. O valor considerado nessa classificação corresponde à somatória dos valores atribuídos às causas pelos demandantes.

Os riscos tributários classificados como remotos são compostos, na sua maioria, por autos de infração e pedidos de compensação ainda pendentes de discussão na esfera administrativa e processos judiciais cujos débitos foram quitados ou tiveram a incidência de prescrição reconhecida.

Os processos trabalhistas em que a Companhia e suas Controladas são partes são promovidos por ex-colaboradores e terceiros, cujos pedidos se constituem em pagamento de verbas rescisórias, adicionais, horas extras, indenizações, demais consectários trabalhistas e verbas decorrentes de responsabilidade subsidiária. A provisão destes leva em consideração a evolução dos processos e o histórico de perdas nos últimos exercícios.

A Companhia e suas Controladas possuem processos de natureza cível, que referem-se principalmente à questões indenizatórias, regressivas e discussões de cláusulas e cumprimento de contratos. A provisão desse risco leva em consideração a evolução dos processos e o histórico de perdas.

e) Prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa da contribuição social

	TOTAL	IRPJ	CSLL
Prejuízos fiscais IRPJ períodos de 2000 a 2008		36.673	-
Base negativa de CSLL períodos de 2000 a 2008		-	36.676
Total do prejuízo fiscal e base negativa		36.673	36.676
CRÉDITOS			
Créditos prejuízos fiscais IRPJ (36.673 x 25%)	9.168	9.168	
Créditos base negativa de CSLL (36.676 x 9%)	3.301		3.301
Total dos créditos	12.469		
Utilizado para quitação débitos fiscais lei nº 11941/09	(283)	(176)	(107)
Utilizado parte IRPJ e CSLL período de 2009	(81)	(60)	(21)
Utilizado parte IRPJ e CSLL período de 2010	(260)	(191)	(69)
Utilizado parte IRPJ e CSLL período de 2011	(257)	(189)	(68)
Utilizado parte IRPJ e CSLL período de 2012	(388)	(285)	(103)
Utilizado parte IRPJ e CSLL período de 2013	(353)	(258)	(95)
Utilizado parte IRPJ e CSLL período de 2014	(253)	(186)	(67)
Total dos valores utilizados	(1.875)		
Utilizado como Imposto Reserva de Reavaliação	(1.890)	(1.390)	(500)
Utilizado como Ativo Fiscal Diferido (a)	(8.957)	(6.619)	(2.338)
Baixa pela utilização cálculo IRPJ e CSLL de 2014	253	186	67
Total lançada conta ativo - Créditos Fiscais	(10.594)		
Total do ativo diferido não utilizado	-	-	-

Notas Explicativas

Trata-se de prejuízo fiscal do imposto de renda e a base negativa de contribuição social relativo aos períodos de 2000 a 2008 e estão sujeitos à compensação com lucros tributáveis futuros.

Em virtude de a companhia estar, gerando resultados tributáveis nos últimos exercícios e apresentar expectativas de realização dos prejuízos fiscais acumulados, em 31 de dezembro de 2011 foi reconhecido o imposto de renda e contribuição social diferida sobre os prejuízos fiscais passíveis de compensação nos próximos 10 anos, que correspondem a R\$ 2.400, trazidos a valor presente.

Em 31 de dezembro de 2012, a Administração da Companhia revisou a operação desse montante por meio de um estudo técnico de viabilidade, recomendando o reconhecimento do imposto de renda e contribuição social diferida sobre os prejuízos fiscais passíveis de compensação nos próximos 10 anos, que correspondem a R\$ 5.000, trazidos a valor presente, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração.

A Companhia procedeu da mesma forma em 31 de dezembro de 2013, apresentando o valor de R\$ 8.957.

Esta revisão foi preparada seguindo as definições da Deliberação CVM n.º 273, de 20 de agosto de 1998, que aprovou o pronunciamento específico emitido pelo IBRACON, bem como a Instrução CVM n.º 371, de 27 de junho de 2002 e Pronunciamento Técnico CPC 32.

Data base da Compensação	<u>Valor Original</u>	<u>Valor Presente</u>
2014	819	780
2015	901	817
2016	991	856
2017	1.090	896
2018	1.199	939
2019 a 2023	<u>8.054</u>	<u>5.411</u>
Total	<u>13.054</u>	<u>9.699</u>

f) Cobertura de seguros

A cobertura de seguros em 31 de março de 2014 é considerada suficiente pela Administração da empresa para cobrir eventuais sinistros.

As premissas de riscos adotados pela empresa, em razão de sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis. Consequentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

Notas Explicativas

g) Arrendamento Mercantil

Em 31 de março de 2014 a dívida a valor presente reconhecida contabilmente é de R\$ 4.041 (R\$ 3.773 em 31 de dezembro de 2013), sendo os compromissos decorrentes de arrendamento mercantil (principal + encargos) assumidos pela Azevedo & Travassos Engenharia Ltda, relativo à aquisição de equipamentos e veículos, no montante de R\$ 5.626 (R\$ 5.215 em 31 de dezembro de 2013), e as parcelas serão devidas nos seguintes períodos:

Exercícios	31/03/2014	31/12/2013
2014	1.725	2.130
2015	1.983	1.800
2016	1.059	795
2017	604	298
2018	255	192
	<u>5.626</u>	<u>5.215</u>

h) Ações Judiciais Ativas

h.1) Exclusão do ISS da base de cálculo do PIS e COFINS.

A Companhia (ATSA) pleiteou judicialmente a recuperação dos valores recolhidos a maior, bem como os recolhimentos futuros, estimando-se até 31.03.2014 o benefício patrimonial de R\$ 50.

Com relação à ação proposta pela ATE, estima-se até 31.03.2014 o benefício patrimonial de R\$ 2.798.

h.2) Ação DER/SP

A ação judicial ajuizada foi julgada improcedente em 1ª instância. Contudo, os advogados que patrocinam o processo acreditam ser possível a reforma da decisão, ante a constatação de que o magistrado desconsiderou toda a instrução processual para negar os pleitos formulados. Foi apresentado Recurso de Apelação contra essa decisão, o que foi provido para anular a sentença, sendo determinado o retorno dos autos a 1ª instância para que seja proferida nova decisão.

O valor pericial do Assistente Técnico apresentado nos autos apurou crédito em favor da ATSA no montante de R\$ 10.009, data base jan/2007.

h.3) Ação para exclusão de verbas indenizatórias da base de cálculo do INSS

A Companhia (ATSA) e a controlada ATE, pleitearam judicialmente, estando, os autos aguardando julgamento no E. TRF da 3ª Região.

h.4) Exclusão valores incluídos REFIS.

A Companhia (ATSA) pleiteou judicialmente o cancelamento da Dívida Ativa da União, sob n.º 80698042092-18, incluída no REFIS, no montante até 31.03.2014 de R\$ 145.

Notas Explicativas

h.5) Exclusão do ICMS/ISS da base de cálculo do PIS/COFINS Importação.

A ATE pleiteou judicialmente e o Juiz de 1ª instância concedeu parcialmente a segurança, bem como reconheceu o direito à compensação dos valores recolhidos indevidamente, estimando-se o benefício patrimonial até 31/03/2014 de R\$ 241.

h.6) Baixa de Precatório Judicial

A Companhia em 31 de dezembro de 2013 deliberou por baixar de seu ativo os créditos decorrentes do Precatório Judicial, no valor de R\$ 3.848, extraído da Ação Ordinária promovida contra o DER, processo nº 203/83, em tramite perante a 4ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, após a análise do relatório com as informações de risco encaminhado pelo escritório de advocacia que patrocina o referido processo.

O relatório relata que, nada obstante a expedição de Ofício Requisitório, em 1999, requisitando o pagamento de valores decorrentes de diferenças de juros e correção monetária em razão de atrasos verificados em pagamento de Precatórios anteriormente expedidos no processo e aplicação de índices de reajustes, o DER não reconhece a existência dessas diferenças a favor da Companhia e, até o momento, não foi proferida decisão sobre a discussão travada nos autos, em que pese toda a argumentação lançada pela Companhia.

Em 2013, o Juízo do feito houve por bem postergar novamente essa deliberação, determinando que se aguardasse a modulação, pelo Supremo Tribunal Federal, dos efeitos do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4357, que julgou parcialmente inconstitucional alguns dispositivos do artigo 100 da Constituição Federal e integralmente as disposições do artigo 97 do Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, para somente após decidir pela suficiência, ou não dos valores já pagos pelo DER, ou pela necessidade de eventual repetição.

h.7) Multa 10% - FGTS

A Companhia (ATSA) e a ATE ajuizaram, em 29/01/2014, ações judiciais objetivando a autorização para depósito judicial mensal dos valores relativos à Contribuição Social prevista no artigo 1º da Lei Complementar n.º 110/2001 (multa de 10%), e, no mérito, a declaração da inconstitucionalidade incidental e superveniente da referida exação. Foram proferidas as decisões autorizando os depósitos judiciais, estando, as ações aguardando decisão de mérito.

i) Informações suplementares

As explicações referentes à essa nota explicativa não sofreram alterações relevantes em relação as divulgações existentes na Nota 20 i das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2013.

Notas Explicativas

j) Eventos subsequentes

Em 30 de abril de 2014, foi realizada a Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, sendo a principal deliberação a aprovação da redução do capital social em R\$ 25.849, mediante a absorção integral do saldo de prejuízos acumulados em 31 de dezembro de 2013. Em razão da redução o capital da Companhia passou de R\$ 53.896 para R\$ 28.047.

* * *

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

COMENTÁRIOS SOBRE COMPORTAMENTO DAS PROJEÇÕES EMPRESARIAIS

1. Perspectivas para 2014

A Azevedo & Travassos S.A. (ATSA), a controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE) e as suas duas subsidiárias na formatação de SPEs (Sociedade de Propósito Específico) centralizam as suas atuações nas seguintes Áreas de Negócios:

- Construção Pesada e Construção Civil
- Montagem Eletromecânica
- Perfuração Direcional Horizontal e Perfuração / Completação de Poços
- Desenvolvimento Imobiliário.

Estas áreas continuam a apresentar potencial de crescimento para os próximos anos. Deve-se destacar que todas as obras e serviços, não oriundos de órgãos públicos, continuam sendo realizados pela controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. Para 2014, as perspectivas são as seguintes:

1.1 Azevedo & Travassos S.A.

Construção Pesada

A Companhia está participando de licitações de obras públicas no segmento de infraestrutura, área na qual tem grande tradição e que receberá significativos investimentos de órgão de âmbito federal nos próximos anos. Estimam-se também fortes investimentos em infraestrutura a serem realizados pelo Governo do Estado de São Paulo e Prefeitura do Município de São Paulo, região onde está sediada a empresa.

1.2 Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.

a) Construção Pesada e Construção Civil

O pacote de concessões rodoviárias e ferroviárias, integrante do Programa de Investimento em Logística, anunciado pelo Governo Federal proporcionará uma grande demanda de serviços de infraestrutura nos próximos anos.

A empresa continua a atuar no segmento de Construção Industrial que têm recebido investimentos privados destinados à ampliação de suas unidades de produção, bem como à implantação de novas fábricas.

b) Montagem Eletromecânica

O Sistema PETROBRAS, concessionárias de gás, mineradoras e indústrias petroquímicas são os principais clientes da ATE, no mercado de dutos (gasodutos, oleodutos e minerodutos, dentre outros) e de montagem eletromecânica. A controlada ATE mostra-se preparada, tanto técnica como comercialmente, para assumir novos contratos importantes nesta área. Merece destacar que o Ministério de Minas e Energia deverá lançar neste ano o PERNAT – Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário. Além das projeções de demanda, para um horizonte de dez anos, este Plano deverá apresentar estimativas de investimentos e propostas de traçados para a nova rede de grandes dutos que irá abastecer o País.

c) Perfuração Direcional Horizontal e Perfuração / Completação de Poços

- Perfuração Direcional Horizontal

Diante da crescente demanda de serviços de perfuração direcional, a Divisão de Perfuração, com grande expertise nesta área, continua ampliando a execução destes serviços, com sondas próprias, nas diversas obras da ATE. Esta iniciativa vem contribuindo para o aumento de competitividade da empresa e a proporcionar novas oportunidades de negócio.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

- Perfuração e Completação de Poços

Os serviços de perfuração e completção de poços estão suspensos desde o terceiro trimestre de 2012. A empresa poderá retornar à estas atividades, tão logo este segmento do mercado se mostre atrativo.

d) **Desenvolvimento Imobiliário**

A ATSA e a sua controlada ATE possuem mais de 100 mil m² em terrenos, na cidade de São Paulo, nos quais vêm desenvolvendo projetos imobiliários através de empresas SPE's.

No final de 2012, foi feita a entrega, pela Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário - Projeto I Ltda. (ATDI-I), do empreendimento Condomínio Quinta do Bosque, SP, constituído por 7 blocos de apartamentos, num total de 139 unidades e financiado pelo Banco do Brasil.

A Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário - Projeto II Ltda. (ATDI-II) pretende lançar, em 2014, no Parque Itaguaçu, SP, Capital, um projeto imobiliário em terreno próprio com área de 4 mil m².

2. Carteira de obras e de serviços a serem executados

a) **Azevedo & Travassos S.A.**

A Companhia continua participando de licitações junto a órgãos públicos para compor uma carteira de obras de infraestrutura.

Para 2014 a estimativa da receita é de R\$ 60.000 mil compreendendo a cobrança de serviços realizados para a ATE, no valor estimado de R\$ 10.000 mil e as obras do contrato com a Prefeitura do Município de São Paulo (bairro de Butantã) e dos viadutos para a Prefeitura de Barueri e para o DER-SP na SP 150 – Cubatão.

O quadro abaixo mostra a distribuição por trimestre, comparando a previsão da receita com a que foi realizada até 31/03/14.

ATSA - Previsão da Receita Bruta para o ano 2014
em R\$ mil

RECEITA BRUTA	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.	TOTAL
• PREVISÃO	15.000	15.000	15.000	15.000	60.000
• REALIZADA	16.828	-	-	-	16.828

b) **Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.**

A previsão para 2014 é alcançar uma receita no patamar de R\$ 350.000 mil, considerando-se as obras já contratadas e as expectativas de novas contratações em andamento.

O quadro adiante mostra a distribuição por trimestre, comparando a previsão da receita com a realizada até 31/03/2014.

ATE - Previsão da Receita Bruta para o ano 2014
em R\$ mil

RECEITA BRUTA	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.	TOTAL
• PREVISÃO INICIAL	65.000	90.000	100.000	95.000	350.000
• REALIZADA	67.993				67.993

c) **Consolidado**

Em função dos dados anteriores, a projeção atual de receita para o Consolidado é da ordem de R\$ 400.000 mil, para o corrente exercício.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES****a) Redução no Capital Social**

A Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30 de abril de 2014 aprovou a proposta de redução de R\$ 25.849.303,85 no Capital Social da Companhia, mediante a absorção integral do saldo de prejuízos acumulados em 2013.

Em razão desta redução, o Capital Social passou de R\$ 53.896.441,00 para R\$ 28.047.137,15.

b) Alteração do Estatuto Social

A referida AGE aprovou a seguinte alteração do caput do artigo 3º do Estatuto Social: *“Artigo 3º: O Capital Social é de R\$ 28.047.137,15 (vinte e oito milhões, quarenta e sete mil, cento e trinta e sete reais e quinze centavos) divididos em 9.000.000 (nove milhões) de ações ordinárias e 18.000.000 (dezoito milhões) de ações preferenciais, sem valor nominal, todas nominativas.”*

c) Fato Relevante

Tendo em vista as deliberações acima da AGE, a Companhia divulgou nos dia 02 de maio no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal DCI o seguinte Fato Relevante:

FATO RELEVANTE**AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.**

CNPJ 61.351.532/0001-68

NIRE nº35.300.052.463

Companhia Aberta

AZEVEDO & TRAVASSOS S.A comunica a seus acionistas e ao mercado em geral, que foi aprovada na Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 30.04.2014, a redução do capital social da Companhia, mediante a absorção do saldo de prejuízos acumulados, passando o capital social da Companhia a ser de R\$ 28.047.137,15. Maiores informações acerca das deliberações da AGO/E estão disponíveis na página da CVM na rede mundial de computadores

ABELARDO GOMES PARENTE JÚNIOR
DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Este Fato Relevante está disponível no site da ATSA e foi divulgado no Informativo BM&BOVESPA publicado no jornal Valor Econômico do dia 05/05/14.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Azevedo & Travassos S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao período trimestre findo em 31 de março de 2014, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o NBC TG 21 e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, essas praticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa conclusão não foi modificada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS's, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores comparativos do ano anterior

As Informações Trimestrais - ITR mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes às demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do período de três meses findo em 31 de março de 2013, obtidas das informações trimestrais – ITR, e as do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013, obtidas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013, apresentadas para fins de comparação. A revisão das Informações Trimestrais - ITR do período de três meses findo em 31 de março de 2013 e o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram conduzidos sob a nossa responsabilidade, que emitimos relatórios de revisão e de auditoria com datas de 20 de maio de 2013, e 14 de março de 2014, respectivamente, sem qualquer modificação, constando parágrafo de ênfase sobre a apresentação da Demonstração do Valor Adicionado, mesmo assunto mencionado nos parágrafos de ênfase - outros assuntos acima. O relatório datado de 14 de março de 2014 constou ainda ênfase em decorrências do critério de cálculo de apuração da equivalência patrimonial, mesmo assunto mencionado nos parágrafos de ênfase acima.

São Paulo, 20 de maio de 2014.

BOUCINHAS, CAMPOS & CONTI
Auditores Independentes S/S
CRC 2SP005528/O-2

Toshio Nishioka
Contador
CRC-1-SP 104690/O – 5

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Observação inicial

Parecer do Conselho Fiscal não se aplica para o primeiro trimestre.

Metodologia de funcionamento do Conselho Fiscal na Companhia

Os membros do Conselho Fiscal da ATSA reúnem-se periodicamente, na sua sede, para analisarem as Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas e Relatórios de Revisão Especial da Auditoria Externa e os ITR's referentes aos 3 primeiros trimestres de cada exercício social.

O Conselho Fiscal após a análise do Relatório Anual da Administração, das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro, compreendendo as Notas Explicativas, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa e do Valor Adicionado e do Relatório dos Auditores Independentes emite o seu PARECER recomendando o encaminhamento dos citados documentos para a deliberação da Assembléia Geral Ordinária da Companhia.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em atendimento ao disposto no artigo 25 da Instrução CVM 480, os Diretores declaram que revisaram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras relativas ao primeiro trimestre de 2014.

São Paulo, maio de 2014

Renato de Almeida Pimentel Mendes
Diretor Presidente

Aluizio Guimarães Cupertino
Diretor Vice- Presidente

Abelardo Gomes Parente Junior
Diretor Executivo

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em atendimento ao disposto no artigo 25 da Instrução CVM 480, os Diretores declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório de Revisão Especial da Boucinhas, Campos & Conti Auditores Independentes S/C relativo ao primeiro trimestre de 2014.

São Paulo, 20 de maio de 2014

Renato de Almeida Pimentel Mendes
Diretor Presidente

Aluizio Guimarães Cupertino
Diretor Vice- Presidente

Abelardo Gomes Parente Junior
Diretor Executivo